



PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2019
Processo Administrativo nº 292/19/ADM

O Instituto de Previdência de Itajaí, autarquia municipal constituída através da Lei Complementar nº13/2001, pessoa jurídica de direito público interno, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo Menor Preço, destinada ao recebimento de propostas para a contratação de empresa para o objeto abaixo especificado, em conformidade com as Leis nº 10.520, Lei Municipal 5.670 e Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações posteriores.

1 - DO OBJETO – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO EM CARTÕES MAGNÉTICOS COM CHIP DE SEGURANÇA, assim como as respectivas cargas de créditos mensais, aos servidores do Instituto de Previdência de Itajaí, em conformidade com o disposto na Lei complementar Municipal nº 171/2010 e suas alterações e demais normas legais disponíveis, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência anexo.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 27 de março de 2019 às 14h00. ATENÇÃO: As licitantes devem acompanhar no site do Instituto de Previdência de Itajaí e do Município de Itajaí, as possíveis alterações e esclarecimentos no Edital.

1.1 - Os recursos para execução do contrato estão assegurados e previstos em conta específica do orçamento do Instituto de Previdência de Itajaí para o exercício 2019.

1.2 - Local e horário de expediente para retirada do Edital: Instituto de Previdência de Itajaí, sito a Av. Getúlio Vargas, 193, bairro Vila Operária, Itajaí – Santa Catarina, em horário de funcionamento desta Autarquia. Telefone: (47) 3405-6000.

1.3 – O Edital completo e seus anexos estão disponíveis gratuitamente nos endereços eletrônicos: www.ipi.itajai.sc.gov.br e www.itajai.sc.gov.br, e também poderão ser retirados no Instituto de Previdência de Itajaí, no endereço citado no item 1.2.

1.4 – Esclarecimentos sobre esta licitação e às condições para atendimento das obrigações a ela relativas serão prestados pela Diretoria Administrativa do Instituto de Previdência de Itajaí, mediante solicitação, por escrito, protocolada na recepção do Instituto de Previdência de Itajaí em até 02 (dois) dias úteis antes da data final marcada para a entrega dos envelopes, de segunda a sexta-feira, em horário de funcionamento desta Autarquia, na Av. Getúlio Vargas, 193, Vila Operária.

1.5 - É vedada a participação no presente certame de pessoa física ou jurídica da qual seja sócio cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários e cargos assemelhados ou de servidor da Administração Pública direta e indireta investido em cargo comissionado, em exercício no âmbito do Município de Itajaí.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1- Só poderão participar deste Pregão Presencial, as empresas cujo estatuto ou contrato social contenha o objeto deste Pregão Presencial e que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, conforme estabelecido neste Edital e ainda:

2.1.1- Não estejam suspensas de licitar ou impedidas de contratar com a Administração Pública Municipal/ou por qualquer empresa pública;



PREFEITURA DE ITAJAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



2.1.2- Não estejam sofrendo processo de falência, concordata, concurso de credores, fusão, cisão, incorporação, dissolução, recuperação ou liquidação (judicial ou extrajudicial);

2.1.3- Não tenham sido declaradas inidôneas;

2.1.4- Não estejam reunidas em forma de consórcio;

3 – DA ENTREGA DOS ENVELOPES

3.1 – O envelope nº 01–**PROPOSTA** e o envelope nº 02–**HABILITAÇÃO** deverão ser entregues lacrados, na recepção do Instituto de Previdência de Itajaí, localizado a Av. Getúlio Vargas, 193, bairro Vila Operária, Itajaí-SC, contendo no anverso destes (respectivamente) os seguintes dizeres:

a) ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

PREGÃO Nº 001/2019

b) ENVELOPE Nº 2 – HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

PREGÃO Nº 001/2019

3.2 – Não será aceito, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatário, considerado aquele que apresentar os envelopes após o horário estabelecido para a entrega dos mesmos, comprovado por meio do sistema de protocolo do Instituto de Previdência de Itajaí;

Obs.: Caso o Instituto de Previdência de Itajaí não possa protocolar os envelopes no horário estabelecido e a licitante chegar até o horário, esta receberá uma senha, por ordem de chegada, até o horário para a entrega dos envelopes.

4 – DO CREDENCIAMENTO

4.1 – O representante da licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

4.2 – Se a licitante se fizer representar pelo seu proprietário, deverá este apresentar documento que comprove tal condição.

4.3 – Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente habilitado por meio de procuração, ou termo de credenciamento, podendo ser utilizado o modelo em anexo (**ANEXO III**), com apresentação do contrato social.



PREFEITURA DE ITAJAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



4.4 – No ato de credenciamento, o representante da licitante deverá identificar-se mediante a apresentação, ao Pregoeiro, de sua Cédula de Identidade ou documento equivalente, para conferência dos dados com aqueles informados no documento de credenciamento.

4.5 – Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante.

4.6 – Somente poderá participar da fase de lances verbais e demais atos relativos a este pregão, o representante legal da licitante devidamente credenciado.

4.7 – Serão desconsiderados os documentos de credenciamento inseridos no envelope PROPOSTA e/ou HABILITAÇÃO.

4.8 – Após o credenciamento, as licitantes deverão declarar, em formulário próprio distribuído pelo Pregoeiro, que estão em situação regular perante a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, a Seguridade Social, bem como atendem às exigências do Edital quanto à habilitação jurídica, qualificação técnica e econômico-financeira, conforme modelo em anexo (ANEXO V).

Obs.: A licitante que não se fizer representar na sessão pública do pregão deverá entregar o documento solicitado no subitem 4.8 em um terceiro envelope, contendo no anverso do mesmo: **ENVELOPE Nº 3 – declaração de que cumpre plenamente as condições de habilitação. O não atendimento deste quesito importará na não aceitação da proposta.**

4.9 - CONDIÇÃO DIFERENCIADA: Caso a licitante seja Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte e queira se beneficiar do tratamento assegurado pelos arts. 42 e 43, da Lei Complementar nº 123, de 14-12-2006, deverá apresentar no Credenciamento: para as empresas com registro na Junta Comercial do estado, o documento a ser apresentado é a “Certidão Simplificada da Junta Comercial”, expedida pelo Estado da sua sede. Para as empresas com registro em Cartório, a comprovação dar-se-á através de “Declaração de Opção pelo Simples Nacional” expedida através do portal do simples nacional – Receita Federal. Essa certidão/declaração deverá ter prazo de emissão de no máximo 60 (sessenta) dias. A não apresentação de algum destes documentos, impedirá a empresa de aproveitar o supracitado tratamento diferenciado.

5 – DA PROPOSTA

5.1 – No envelope lacrado nº 1 – **PROPOSTA** - deverá conter a proposta, emitida em 01 (uma) via, datilografada ou impressa, datada e assinada, preferencialmente rubricada e paginada em todas as suas folhas, além dos seguintes elementos necessários à sua elaboração:

I – Dados da empresa: Razão social, CNPJ, endereço, telefone e e-mail;

II – Proposta: deverá ser cotada a taxa de administração, em reais, **com no máximo duas casas decimais após a vírgula. O valor máximo de taxa será de R\$ 0,20 (vinte centavos)** por crédito de benefício para cada servidor mensalmente. **Não serão aceitas ofertas de taxas negativas ou com valor zerado.** Em caso de empate entre as licitantes, será utilizado como critério de desempate conforme previsto no art. 3, § 2º, da Lei nº 8.666/1993

III – Prazo de validade da proposta: mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega dos envelopes;

IV – Declaração de concordância com as exigências do Edital;



V – Propostas acima do valor estimado serão desclassificadas.

OBS: Pequenas falhas formais poderão ser resolvidas em sessão pelo Pregoeiro.

6 – DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

6.1 – O envelope lacrado nº 2 – **HABILITAÇÃO** – deverá conter os documentos relacionados para habilitação, apresentados em 01 (uma) via autenticada, ou cópia com apresentação do original, preferencialmente rubricados e paginados em todas as folhas. Os originais poderão estar dentro ou fora do envelope.

6.2 – Quanto às autenticações:

6.2.1 – “Havendo mais de um documento reproduzido numa mesma folha, para cada documento procede-se à conferência com o original, portanto, a autenticação é individual, gerando a consequência de serem apostas tantas autenticações quantos forem os documentos reprografados”. (Provimento nº 12/92, item 8, da CGJ – Corregedoria-Geral da Justiça, deste Tribunal).

6.2.2 – Quando o certificado/certidão for emitido por sistema eletrônico, poderá ser apresentado no original ou em fotocópia, mas sua aceitação fica condicionada à verificação da autenticidade pela Internet ou junto ao órgão emissor.

6.3 – Documentos matriz/filial: Os documentos apresentados deverão estar em nome do licitante responsável pelo contrato/fornecimento com o número do CNPJ e endereço respectivo:

6.3.1 – Se o licitante responsável pelo contrato/fornecimento for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

6.3.2 – Se o licitante responsável pelo contrato/fornecimento for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

6.4 – Prazo de validade dos documentos:

6.4.1 – É imprescindível que os documentos estejam dentro do prazo de validade;

6.4.2 – Os documentos que omitirem o prazo de validade serão considerados como válidos pelo período de 06 (seis) meses, em conformidade com os emitidos pela Fazenda Federal, pelo princípio da analogia, previsto no art. 4º da Lei de Introdução do Código Civil.

OBS: O disposto acima não é válido para a Certidão Simplificada da Junta Comercial, que terá sua validade conforme o estipulado no item 4.9.

6.4.3 – A documentação exigida deverá ter validade, no mínimo, até a data prevista para o protocolo dos envelopes.



7 – DA HABILITAÇÃO

O licitante deverá apresentar no envelope nº. 02 – “**HABILITAÇÃO**”, em 01 (uma) via os seguintes documentos:

7.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

I - Registro comercial, no caso de empresa individual;

II - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

III - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

IV - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

V – Declaração de que a licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei n. 8666/1993, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser utilizado o modelo incluso (Anexo IV);

VI – Declaração de Idoneidade (Anexo VI);

VII – Comprovação de bens e serviços produzidos ou prestados por empresa brasileira;

VIII – Comprovação de bens e serviços produzidos ou prestados por empresa brasileira que invista em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;

VIX – Comprovação de bens e serviços produzidos ou prestados por empresa brasileira que comprove cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação. (Incluído pela Lei 13.146 de 2015).

ATENÇÃO – FORMA DE COMPROVAÇÃO: Para a comprovação do requisito estabelecido o inciso IV, do §2º, do Art. 3º, da Lei 8.666/93, a empresa deverá apresentar documentos, relativos ao exercício de 2018, que demonstrem: a) Que a empresa possuía, em andamento e com recursos financeiros efetivamente pagos no exercício de 2018, em Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia, relacionada ao objeto do presente e Edital; b) Que a empresa possuía em seu quadro de funcionários, profissional de Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia OU que a empresa possuía contrato com empresa terceirizada ou profissional autônomo para atuação no Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia OU que a empresa possuía convênio ou outra modalidade de parceria com instituições públicas ou privadas de pesquisa ou ensino, para a realização do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia.



PREFEITURA DE ITAJAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



As declarações emitidas pelas empresas e os documentos apresentados serão de responsabilidade exclusiva da empresa, podendo ser responsabilizadas civil ou criminalmente em caso de falsidade de documentação apresentada, declaração ou omissão de informação.

Obs:

1) No que couber, os documentos referidos nos incisos I e II, poderão ser substituídos por “Certidão Simplificada” emitida pela Junta Comercial do Estado, da sede da empresa; Essa certidão deverá ter prazo de emissão de no máximo 60 (sessenta) dias;

2) Na apresentação do estatuto ou contrato social em vigor e última alteração, se houver, deverá constar além da denominação social, a identificação do ramo de atividade da empresa, que deverá ser compatível com o objeto licitado;

3) A documentação solicitada nos incisos II e III deste subitem poderá ser substituída pelo Certificado de Registro no Cadastro Específico do Instituto de Previdência de Itajaí, correspondendo o ramo de atividade ao objeto licitado.

7.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - Prova de regularidade para com a Fazenda **Federal, Estadual e Municipal** da sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

III - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

IV - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (incluído pela Lei nº 12.440, de 2011). OBS: A obtenção da certidão é eletrônica e gratuita, e encontra-se disponível no site www.tst.jus.br/certidao e em todos os demais portais da Justiça do Trabalho disponíveis na internet (Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho).

7.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis no último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, compreendendo os respectivos termos de abertura e encerramento do livro diário, registrado na junta comercial, com a DHP do contador que assinou o balanço; que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios; podendo ser atualizado, por índices oficiais, quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b) A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos índices resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

I) Índice de Liquidez Geral (LG) acima de 1,0 (um inteiro), obtido pela fórmula:

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} > 1,0$$



II) Índice de Liquidez Corrente (LC) acima de 1,0 (um inteiro), obtido pela fórmula:

$$LC = \frac{AC}{PC} > 1,0$$

III) Índice de Solvência Geral (SG) acima de 1,0 (um inteiro), obtido pela fórmula:

$$SG = \frac{AT}{PC + ELP} > 1,0$$

IV) Índice de Endividamento Geral (EG) menor ou igual a 1,0 (um inteiro), obtido pela fórmula:

$$EG = \frac{PC + ELP}{AT} \leq 1,0$$

Legendas: Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), Solvência Geral (SG), Endividamento Geral (EG), Ativo Circulante (AC), Realizável a Longo Prazo (RLP), Passivo Circulante (PC), Exigível a Longo Prazo (ELP), Ativo Total (AT).

c) As empresas com menos de 01 (um) ano de existência, que ainda não tenham Balanço de encerramento do exercício, deverão apresentar Demonstrações Contábeis, consolidando seus direitos, obrigações e patrimônio líquido, relativos ao período de sua existência, e o balanço de abertura registrado na Junta Comercial com a DHP do contador que assinou o balanço;

d) Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datada de no máximo 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura dos envelopes;

e) Comprovação de que a empresa possui capital mínimo ou valor do patrimônio líquido no valor de 10% (dez por cento) do valor do orçamento estimado do Edital, conforme o art. 31 da Lei 8.666/93.

7.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado de Capacidade Técnica, expedido por entidade Pública ou Privada (neste caso em papel timbrado e com firma reconhecida de quem assinou), comprovando a execução de serviços da mesma natureza (Cartão magnético com chip de segurança), em quantidade e em condições equivalentes ao presente processo. A critério do Instituto de Previdência de Itajaí, poderão ser exigidas cópias de notas fiscais/faturas e contratos que comprovem o fornecimento relacionado ao Atestado.

7.5 INFORMAÇÕES ADICIONAIS

7.5.1 – Os documentos necessários à habilitação do licitante deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor do Instituto de Previdência de Itajaí mediante conferência da cópia com o original ou publicação em órgão de imprensa oficial.



PREFEITURA DE ITAJAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



7.5.1.1 – As cópias de certidões de regularidade emitidas via Internet não precisam ser autenticadas. As referidas certidões terão sua validade confirmada pela mesma via pelo Pregoeiro e equipe de apoio.

7.5.1.2 – Os documentos que forem apresentados em original não serão devolvidos, e passarão a fazer parte integrante do processo licitatório.

7.5.2 – O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento, ou ainda diligenciar junto às repartições sobre a validade das certidões apresentadas.

7.5.3 – A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará na inabilitação do licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

7.5.4 – Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial.

7.5.5 – Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

8 – DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E JULGAMENTO

8.1 – No dia, hora e local designados, neste Edital, serão recebidos os envelopes Proposta e Habilitação, devidamente lacrados, que serão protocolados.

8.2 – No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro declarará aberta a Sessão e anunciará as empresas que apresentaram envelopes.

8.3 – Em seguida o Pregoeiro passará ao credenciamento das licitantes, nos termos do item 4 – Do Credenciamento, devendo providenciar a assinatura das licitantes credenciados na declaração de que cumprem as condições de habilitação, subitem 4.8 deste Edital e após, encaminhará os envelopes distintos, as licitantes credenciados para conferência dos lacres e protocolos.

8.4 – Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

8.5 – A desclassificação da proposta da licitante importa preclusão do seu direito de participar da fase de lances verbais.

8.6 – Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, ressalvados apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros formais:

a) Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação;

b) Falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à Sessão do Pregão;



PREFEITURA DE ITAJAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



c) Falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados no envelope nº 2 – Habilitação;

d) O item relativo a dados bancários da licitante, não gerarão a sua desclassificação, pois poderão ser preenchidos para a assinatura do contrato;

e) As condições da proposta, estabelecidas nos incisos III a VII, do subitem 5.1, item 5 – Da proposta, poderão ser substituídos por uma expressão que manifeste a concordância com os termos do Edital e anexos;

8.7 – As propostas serão encaminhadas aos credenciados, para rubrica e conferência.

8.8 – Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.9 – No curso da Sessão, dentre as propostas classificadas, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

8.10 – Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem 8.9, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.11 - A oferta dos lances deverá ser efetuada considerando a taxa de administração, no momento em que for conferida a palavra a licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.12 – É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.13 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.14 – Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e produtos:

a) Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

b) Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

c) Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.15 – Persistindo o empate, o Pregoeiro procederá ao desempate por sorteio.

8.16 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.17 – Encerrada a etapa competitiva de lances e ordenadas as ofertas de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade do melhor preço



PREFEITURA DE ITAJAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



ofertado, comparando-os com os preços estimados pela Administração ou com os preços praticados no mercado.

8.18 – Considera-se preço excessivo, para os fins de avaliação da aceitabilidade do preço proposto, aquele que estiver acima do valor estimado pela administração para aquisição do objeto ou do preço praticado no mercado, aferindo-se este através do custo médio constante da Planilha de Custos efetuada pela Administração, devidamente atualizado até a data da abertura do envelope “Proposta”, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião.

8.19 – Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de “habilitação” da licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 – Da Apresentação dos documentos para Habilitação e item nº 7 – Da Habilitação, deste Edital.

8.20 – Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vista a obter preço melhor.

8.21 – Obtido preço aceitável em decorrência da negociação, proceder-se-á na forma do disposto no subitem 8.18.

8.22 – Frustrada a negociação, o Pregoeiro desclassificará a proposta e examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarado vencedor.

8.23– Serão inabilitados as licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no item 6 – Da Apresentação dos documentos para Habilitação e item 7 – Da Habilitação, deste Edital.

8.24 – Quando todos as licitantes forem inabilitados, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novos documentos, escoimados as causas referidas no ato inabilitatório.

8.25 – O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes nº 2 – Habilitação apresentados pelas demais licitantes, até a entrega definitiva do objeto licitado. Após, inutilizará os mesmos.

8.26 – Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro e por todas as licitantes presentes.

9 – DA ADJUDICAÇÃO

9.1 – No julgamento das propostas, será considerada vencedora a de **MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO** desde que atendidas as de habilitação e especificações constantes deste Edital.

9.2 – O objeto deste processo será adjudicado a licitante cuja proposta for considerada vencedora.

9.3 – Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação das licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto



PREFEITURA DE ITAJAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



licitado e posteriormente, submeterá a homologação do processo a Diretora Presidente do Instituto de Previdência de Itajaí.

9.4 – No caso de interposição de recursos, após proferida a decisão quanto ao mesmo, será o resultado da licitação submetido Diretora Presidente do Instituto de Previdência de Itajaí para os procedimentos de adjudicação e homologação.

10 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 – Os recursos e contra-razões de recurso serão dirigidos a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência de Itajaí, por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar a sua decisão.

10.2 – Os recursos e contra-razões a recursos, assim como eventual impugnação do Edital, deverão ser apresentados e protocolados na recepção do Instituto de Previdência de Itajaí, situada à Av. Getúlio Vargas, 193 – Vila Operária, Município de Itajaí/SC, em dias úteis, no horário de funcionamento desta Autarquia, o qual deverá receber, examinar e submetê-lo à Autoridade competente que decidirá sobre a pertinência.

11 – DO CONTRATO

11.1 – Com a licitante vencedora será celebrado Termo de Contrato, com prazo de **12 (doze) meses**, nos moldes da minuta do **ANEXO VII** deste Edital e será regido pelas normas da Lei nº 8.666/93, podendo ser prorrogado na forma da lei;

11.2 – Após a adjudicação e homologação do processo, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato, através de telefone, correio ou e-mail. Após a convocação, a licitante vencedora terá o prazo de 03 (três) para assinar o termo contratual. No caso de não atendimento à convocação no prazo estipulado neste Edital, a Administração convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, em igual nas mesmas condições do primeiro, inclusive quanto aos preços atualizados.

11.3 – As alterações de contrato somente poderão ocorrer, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

11.3.1– Unilateralmente pelo Instituto de Previdência de Itajaí:

a) Quando houver modificação dos serviços ou especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária a modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

11.3.2 – Por acordo entre as partes:

a) Quando necessária a modificação na forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;

b) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da licitante vencedora e a retribuição do Instituto de Previdência de Itajaí para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.



PREFEITURA DE ITAJAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



11.4 – A licitante vencedora fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na prestação dos serviços, em conformidade com o Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 tendo como base o valor inicial do contrato.

11.5 – Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do instrumento contratual, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

11.6 – Em havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da licitante vencedora, o Instituto de Previdência de Itajaí deverá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

11.7 – O instrumento contratual poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei 8.666/93, e alterações posteriores.

11.8 – A licitante vencedora se obriga a manter as condições de habilitação apresentadas na licitação, durante a execução do contrato.

11.9 – Os preços do contrato serão reajustados anualmente, na data de seu aniversário pela variação do IPCA do IBGE.

12 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 – O pagamento dos valores creditados nos CARTÕES, bem como da taxa de administração, deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data da efetivação dos respectivos créditos nos cartões dos servidores do Instituto de Previdência de Itajaí, mediante disponibilização eletrônica da documentação fiscal competente;

12.2 – O pagamento ocorrerá sempre em dias úteis;

12.3 – O valor do pagamento levará em consideração o número de servidores e eventuais faltas injustificadas, podendo variar caso ocorram contratações, nomeações de servidores, afastamentos, exonerações, alteração no valor do Vale Alimentação, inclusive reajustes;

12.4 – A licitante vencedora disponibilizará os respectivos créditos nos cartões dos beneficiários impreterivelmente no dia do agendamento, e emitirá no mesmo dia, a respectiva nota/fatura fiscal, contendo discriminação dos serviços (repasso dos valores e a taxa de administração);

12.5 – Em caso de pagamento após o vencimento ou não pagamento de qualquer valor devido pelo Instituto de Previdência de Itajaí à licitante vencedora em virtude do instrumento contratual, sobre o valor pendente incidirá correção monetária pelo índice IPCA ou, em caso de extinção, pelo outro índice que venha a substituí-lo;

12.6 – Não haverá sob hipótese alguma pagamento adiantado.

13 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 – A inexecução total ou parcial do contrato terá procedimentos e consequências, na forma estabelecida na Seção V - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos - Capítulo III, da Lei nº 8.666/93.



PREFEITURA DE ITAJAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



13.2 – O instrumento contratual poderá sofrer alterações na forma estabelecida na Seção III - Da Alteração dos Contratos - Capítulo III, da Lei n.º 8.666/93.

13.3 – O atraso injustificado na execução do contrato, assim como a sua inexecução total ou parcial, sujeitará a licitante vencedora às sanções administrativas na forma prevista na Seção II - Das Sanções Administrativas - Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/93, ficando desde já estabelecidas as multas previstas no edital.

13.4 – O Instituto de Previdência de Itajaí poderá aplicar à licitante vencedora, ainda, as seguintes penalidades previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, em caso de inexecução total ou parcial do objeto ou contrato:

13.4.1– Advertência;

13.4.2 – Multa de 0,5 % (cinco décimos por cento) do valor da proposta, para cada dia ou fração de atraso da prestação dos serviços;

13.4.3 – Multa de 10% (dez por cento) do valor remanescente em caso de desistência da prestação dos serviços;

13.5 – Sem prejuízo das sanções previstas no Art. 87, da Lei n.º 8.666/93, a licitante vencedora ficará sujeita às seguintes penalidades:

13.5.1 – 10% (dez por cento) do valor do contrato atualizado pela prestação de serviços desconforme com o especificado e aceito;

13.5.2 – 1,0 % (um por cento) do valor do contrato atualizado pela não substituição dos serviços recusados por este, no prazo estipulado, até o limite de 10% (dez por cento);

13.5.3 – 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor total da proposta limitado a 10% (dez por cento) do valor contratual atualizado, pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste contrato.

13.5.4 – Sem prejuízo das sanções disposta nos itens anteriores desta mesma cláusula, a recusa, injustificada ou cuja justificativa não seja aceita pela licitante vencedora, em retirar a Nota de Empenho de Despesa será interpretada como ruptura de contrato e sujeitará a licitante vencedora ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

13.5.5 – A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos. As multas referidas nesta cláusula serão deduzidas por ocasião do pagamento da nota fiscal respectiva.

13.6 – As pessoas físicas e jurídicas, bem como seus diretores, sócios gerentes e controladores declarados impedidos de licitar e contratar com a administração pública municipal, serão incluídas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar, nos termos da Lei Municipal 5.670 de 20 de dezembro de 2010.

13.7 – As partes declaram conhecer as normas de prevenção a corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas a lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e seus regulamentos (Decreto Municipal nº 11.063/2017), se comprometem por si e seus sócios, administradores, gestores, prepostos, empregados e colaboradores, inclusive exigir de terceiros contratados, no exercício e



PREFEITURA DE ITAJAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



durante a vigência do contrato firmado com o Instituto de Previdência de Itajaí, para a adoção de práticas probas e de anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de fraude, práticas ilícitas, corrupção, enriquecimento ilícito, lavagem de dinheiro, bem como práticas antiéticas listadas em lei, como a de não dar, oferecer, prometer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer pessoas, empresas e/ou entidades privadas com o objetivo de obtenção de vantagem indevida, fraudulenta e irregular, manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente.

13.8 – O instrumento contratual poderá ser alterado:

13.8.1– Unilateralmente pelo Instituto de Previdência de Itajaí:

a) - Quando houver modificação dos serviços ou suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) - Quando necessária a modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

13.8.2 – Por acordo das partes:

a) - Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;

b) - Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da licitante vencedora e a retribuição do Instituto de Previdência de Itajaí para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

13.9 – A licitante vencedora fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na prestação dos serviços, em conformidade com o Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 tendo como base o valor inicial do contrato.

13.10 – Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do instrumento contratual, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

13.11 – Em havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da licitante vencedora, o Instituto de Previdência de Itajaí deverá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

13.12 – O instrumento contratual poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei 8.666/93, e alterações posteriores.

13.13 – Caso a licitante vencedora se recuse a fornecer o objeto desta licitação e a atender ao disposto no Termo de Referência, aplicar-se-á o previsto no art. 4º, inciso XVI, da Lei Federal nº 10.520/2002, devendo as licitantes remanescentes ser convocadas na ordem de classificação de suas propostas na etapa de lances.

14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 – Nenhuma indenização será devida as licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente processo;



PREFEITURA DE ITAJAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



14.2 – O objeto deste processo poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

14.3 – A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

14.4 – Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

14.5 – Recomenda-se as licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, para a entrega dos envelopes e Sessão Pública do Pregão com antecedência de pelo menos 15 (quinze) minutos do horário previsto.

14.6 – É fundamental a presença da licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

14.7 – O Instituto de Previdência de Itajaí reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões e utilizar este meio como prova.

14.8 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

14.9 – Todos os atos inerentes a este processo licitatório serão publicados no Diário Oficial do Município de Itajaí e no site do Instituto de Previdência de Itajaí.

14.10 – Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes em legislação vigente.

15 – ANEXOS

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Modelo de Proposta;

ANEXO III – Modelo de Credenciamento;

ANEXO IV – Declaração que atende o inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93;

ANEXO V – Declaração de Regularidade Fiscal;

ANEXO VI – Declaração de Idoneidade;

ANEXO VII – Minuta do Contrato.

Itajaí, 11 de março de 2019

MARIA ELISABETH BITTENCOURT
Diretora Presidente



ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2019

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

Contratação de empresa especializada em fornecimento de **VALE ALIMENTAÇÃO EM CARTÃO MAGNÉTICO COM CHIP DE SEGURANÇA**, assim como as respectivas cargas de créditos mensais, aos Servidores do Instituto de Previdência de Itajaí/SC, em conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal nº 171/2010 e suas alterações e demais normas legais disponíveis.

* Total estimado de servidores beneficiários/mês: 32 (trinta e duas) pessoas, podendo variar;

* Total estimado de Vale Alimentação mensal para os servidores: R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais);

* Total estimado de Vale Alimentação anual para os servidores: R\$ 468.000,00 (Quatrocentos e sessenta e oito mil reais);

* A contratada receberá a taxa de administração por crédito de benefícios a cada servidor, o qual poderá variar para mais ou para menos em função das quantidades mensais de vales adquiridos, tendo em vista condições que não justifique a percepção do benefício, ou qualquer outra causa de suspensão ou interrupção do contrato de trabalho);

2. MODALIDADE DO BENEFÍCIO

O benefício será disponibilizado na modalidade de Vale Alimentação, em meio eletrônico em cartão magnético com chip de segurança, para aquisição de gêneros alimentícios de primeira necessidade, in natura, em estabelecimentos comerciais credenciados (Hipermercados, Supermercados de pequeno, médio e grande porte, mercearias, açougues, padarias e similares).

3. DO JULGAMENTO DA LICITAÇÃO:

Tipo de Julgamento: Menor Preço (Menor Taxa de Administração), por crédito de benefício com, no máximo, duas casas após a vírgula.

DESCRIÇÃO	Taxa Máxima por Crédito/Servidor
Taxa de Administração de Vale Alimentação *Servidores beneficiários: 32 (trinta e dois) – numero estimado, podendo variar mensalmente. <u>Não serão admitidas ofertas de taxas negativas ou com valor zerado. Em caso de empate entre as licitantes, será utilizado como critério de desempate o previsto no inciso IV, do §2º, do Art. 3º, da Lei 8.666/93.</u>	R\$ 0,20



PREFEITURA DE ITAJAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



A taxa de administração por crédito de benefícios proposta, não poderá exceder o valor máximo estimado, e nela deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos, contribuições sociais e trabalhistas e demais obrigações fiscais e parafiscais incidentes, bem como as despesas de fornecimento/envio de segundas vias e de novos cartões quando solicitado pelo Instituto de Previdência de Itajaí.

4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

4.1 Os cartões deverão ser fornecidos com senha individual, nominais aos beneficiários indicados pelo Instituto de Previdência de Itajaí, aptos a receberem crédito do benefício de assistência alimentar e débito, conforme utilização em estabelecimentos credenciados;

4.2 Os dados cadastrais iniciais dos beneficiários (nome, CPF, valor da carga, local de entrega dos cartões), bem como toda e qualquer informação necessária para a emissão dos cartões, serão carregados para o sistema informatizado da licitante vencedora, sem interferência do Instituto de Previdência de Itajaí, o qual terá como única obrigação enviar as informações em arquivo .txt ou .xls, cujo layout deverá ser fornecido pela licitante vencedora;

4.3 As partes envidarão esforços para que o arquivo a ser produzido e enviado pelo Instituto de Previdência de Itajaí à licitante vencedora possa ser gerado de forma automatizada a partir dos sistemas de gerenciamento de RH disponíveis e utilizado pelo Instituto de Previdência de Itajaí;

4.4 A primeira emissão de cartões será feita no prazo de 07 (sete) dias úteis, contados a partir do envio do cadastro inicial de beneficiários apresentado pelo Instituto de Previdência de Itajaí.

4.5 A inclusão de novos beneficiários poderá ser efetuada a qualquer tempo pelo Instituto de Previdência de Itajaí, diretamente no website da licitante vencedora ou juntamente como arquivo de pedido mensal, devendo, em ambos os casos, as informações serem carregadas para a base de dados da licitante vencedora de forma automática, permanecendo a disposição do Instituto de Previdência de Itajaí para consultas e alterações.

4.6 Os custos de emissão, fornecimento e entrega dos cartões, incluindo a emissão anual de no mínimo 01 (hum) cartão por beneficiário (em casos que houver necessidade, como furto, extravio, desgaste natural, etc), assim como o custo de manutenção do sistema informatizado e quaisquer outras despesas, deverão estar inclusas na taxa de administração contratada, não implicando ônus extras para o Instituto de Previdência de Itajaí ou para os beneficiários;

4.7 O fornecimento de segunda via em caso de furto, extravio ou desgaste natural, deverá ocorrer no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, com a devida transferência do saldo remanescente do benefício para o novo cartão;

4.8 Será admitida a cobrança de taxa de reemissão de cartão, no valor máximo de R\$ 7,00 (sete reais) por cartão, para a emissão de cartões excedentes ao limite de 01 (hum) cartão por ano para cada beneficiário, por meio de solicitação do próprio beneficiário. A cobrança deverá ser realizada diretamente no saldo do beneficiário;

4.9 A licitante vencedora deverá fornecer aos beneficiários todas as orientações e instruções sobre o benefício e sobre a utilização dos cartões;



4.10 A licitante vencedora deverá manter a rede credenciada atualizada em seu website, com opções de tipo de estabelecimento com seu respectivo endereço, em versão disponível para impressão;

4.11 A licitante vencedora obrigará-se a manter padrão elevado de qualidade e segurança no processo de impressão, crédito nos cartões e disponibilização de senhas, a fim de evitar qualquer tipo de falsificação ou fraude;

4.12 A validade do cartão será de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de emissão;

4.13 A licitante vencedora deverá substituir o cartão 30 (trinta) dias antes do vencimento, sem custo e com a transferência de saldo;

4.14 A entrega de cartões deverá ocorrer no seguinte endereço:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ, Avenida Getúlio Vargas, 193, Bairro: Vila Operária, Itajaí/SC, CEP 88303-220, aos cuidados do Departamento de Gestão de Pessoas.

5. SISTEMA INFORMATIZADO DE GERENCIAMENTO DE BENEFÍCIOS

5.1 A licitante vencedora deverá possuir sistema informatizado acessível ao Instituto de Previdência de Itajaí e aos beneficiários, através da Internet e, preferencialmente por meio de aplicativo para celular, que possibilite a execução das seguintes funcionalidades:

5.1.1 Funcionalidades disponíveis ao Instituto de Previdência de Itajaí:

a) Inclusão / exclusão / consulta de beneficiários e seus dados (nome, CPF, tipo, e valor do benefício, número do cartão, local de entrega do cartão);

b) Alteração de cadastro da empresa;

c) Alteração de cadastro dos beneficiários, com os seguintes campos: Nome, CPF, valor do benefício, número do cartão e endereço de entrega do cartão;

d) Solicitação de cartão;

e) Bloqueio de cartão;

f) Solicitação de reemissão de cartão;

g) Envio de arquivo de pedidos de créditos, em formato .txt ou .xls, informando nome, CPF, valor, tipo de benefício (alimentação) e local para entrega do cartão;

h) Solicitação de pedidos individualmente, para servidor específico e em determinado valor;

i) Exclusão e alteração de benefício;

j) Acompanhamento do status das solicitações;



PREFEITURA DE ITAJAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



k) Reversão de créditos, sendo possibilitado ao Instituto de Previdência de Itajaí efetuar o estorno de valores já creditados;

l) Consulta e emissão de relação atualizada da rede de estabelecimentos credenciados com versão para impressão.

5.1.2 Funcionalidades disponíveis aos beneficiários:

a) Alteração de senha;

b) Bloqueio de cartão;

c) Solicitação de reemissão de cartão;

d) Emissão de extrato detalhado com a data, valor dos créditos e dos débitos e locais de utilização;

e) Consulta e emissão de relação atualizada de rede de estabelecimentos credenciados.

5.1.3 As funcionalidades disponíveis para o Instituto de Previdência de Itajaí deverão ser acessíveis preferencialmente através de acesso ao sistema informatizado da licitante vencedora, sem intervenção humana de funcionários da mesma, tampouco com a necessidade de contato telefônico via *Call Center* ou assemelhado;

5.1.4. As funcionalidades disponíveis aos beneficiários deverão obrigatoriamente, sem prejuízo de outras modalidades adicionais de acesso, serem acessíveis, no mínimo, e de forma cumulativa:

a) Através da Internet, via web browser, nesse caso sem necessidade de qualquer intervenção humana de funcionários da licitante vencedora, tampouco de contato telefônico via *Call Center* ou assemelhado;

b) Via atendimento telefônico mediante ligação gratuita (tipo 0800) ou com custo de ligação local ou equivalente (tipo 0300, 4004, número local, etc), vedado o fornecimento de número de telefone que exija a utilização de Discagem Direta à Distância e/ou cobrança de custo de ligação de longa distância;

5.2. A disponibilização dos créditos nos cartões aos beneficiários deverá ser efetuada impreterivelmente no dia do agendamento do respectivo crédito;

5.3. O processamento das informações relativas às operações realizadas com cartão por cada beneficiário deverá ser de forma automática quando da efetivação da compra, permitindo a identificação pelo usuário do cartão o do valor utilizado, data e horário, além do local do consumo, visando a permitir verificação da correta utilização do benefício;

5.4. A licitante vencedora deverá garantir sigilo das informações dos beneficiários, sendo vedada a utilização dos dados para qualquer outro fim não previsto no respectivo contrato;



PREFEITURA DE ITAJAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



5.5. Além das recargas mensais, poderão ser disponibilizados benefícios a qualquer tempo, mediante solicitação do Instituto de Previdência de Itajaí, seja por pedido individual ou carga por arquivo;

5.6. Os créditos nos cartões ficarão disponíveis para utilização por prazo indeterminado durante a prestação dos serviços. Encerrado o contrato por qualquer motivo, a licitante vencedora compromete-se a manter os cartões ativos e funcionais, sem custo, enquanto perdurarem os saldos nele carregados (obrigação pós-contratual), só podendo cancelar os cartões mediante notificação formal enviada ao Instituto de Previdência de Itajaí e ao beneficiário, em qualquer caso em prazo não inferior a 01 (um) ano depois de findo o contrato, e mediante devolução ao Instituto de Previdência de Itajaí do valor do saldo global existente nos cartões a serem cancelados, sem prejuízo a que o Instituto de Previdência de Itajaí, de forma discricionária, concorde com a antecipação desse prazo se vier a acatar justificativa plausível.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica, expedido por entidade Pública ou Privada (neste caso em papel timbrado e com firma reconhecida de quem assinou), comprovando a execução de serviços da mesma natureza (Cartão magnético com chip de segurança), em quantidade e em condições equivalentes as deste Termo de Referência;

6.2 A critério do Instituto de Previdência de Itajaí poderão ser exigidas cópias de notas fiscais/faturas e contratos que comprovem o fornecimento relacionado ao Atestado;

6.3 A licitante vencedora deverá comprovar, **em até 20 (vinte) dias corridos após a adjudicação**, a rede de estabelecimentos comerciais credenciados (Hipermercados, Supermercados de pequeno, médio e grande porte, mercearias, açougues, padarias e similares), nos municípios da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí – AMFRI, conforme quadro abaixo:

MUNICÍPIOS	REDE MÍNIMA DE ESTABELECIMENTOS ATIVOS COMERCIAIS POR MUNICÍPIO	NO MÍNIMO 04 DAS GRANDES REDES ABAIXO
BALNEARIO CAMBORIU	10	ANGELONI SUPERMERCADOS, BIG, BISTEK SUPERMERCADOS, FORT ATACADISTA, KOMPRAO, KOCH ATACADISTA, SUPERMERCADO KOCH, SUPERMERCADO SCHIMIT.
BALNEARIO PICARRAS	03	
BOMBINHAS	03	
CAMBORIU	05	
ITAJAI	20	
ITAPEMA	05	
NAVEGANTES	05	
PENHA	03	
PORTO BELO	03	
ILHOTA	02	
LUIZ ALVES	02	
Em Itajaí no mínimo 3 padarias		



PREFEITURA DE ITAJAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



7. OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

7.1 Fornecer os cartões ao Instituto de Previdência de Itajaí e a respectiva senha para os beneficiários, na quantidade requisitada e no endereço indicado, com as informações sobre utilização, no prazo de 07 (sete) dias úteis;

7.2. Substituir o cartão, caso apresente defeito, ou por eventual dano involuntário, extravio, furto ou roubo no prazo de 07 (sete) dias úteis da data de solicitação;

7.3. Encaminhar envelopes contendo o cartão, o número da matrícula do servidor, nome completo, lotação, cujos dados serão fornecidos pelo Instituto de Previdência de Itajaí;

7.4. A licitante vencedora deverá fornecer cartões, confeccionados com os dados a serem informados pelo Instituto de Previdência de Itajaí, com tecnologia que permita ao beneficiários o acompanhamento e controle dos créditos disponibilizados;

7.5. A licitante vencedora deverá observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, seguros e quaisquer outros não mencionados, bem como pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em decorrência direta do contrato, isentando o Instituto de Previdência de Itajaí de qualquer responsabilidade;

7.6. A licitante vencedora deverá assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados pelos seus empregados ou prepostos, ao Instituto de Previdência de Itajaí ou a terceiros;

7.7. O reembolso aos estabelecimentos comerciais credenciados deverá ser efetuado pontualmente, sob inteira responsabilidade da licitante vencedora, EXCLUINDO, desde já, toda e qualquer obrigação do Instituto de Previdência de Itajaí em relação a essa incumbência;

7.8. A licitante vencedora deverá reembolsar ao Instituto de Previdência de Itajaí no prazo de 10 (dez) dias úteis, o valor de qualquer crédito que venha a ser devolvido;

7.9. A licitante vencedora deverá organizar e manter uma rede de estabelecimentos credenciada formada por no mínimo: Hipermercados, Supermercados de pequeno, médio e grande porte, mercearias, açougues, padarias e similares, em todos os municípios da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí – AMFRI, conforme exigido no item 6.3 deste Termo de Referência;

7.10. A licitante vencedora deverá fiscalizar a rede de estabelecimentos credenciados, de forma a assegurar a qualidade de seus serviços;

7.11. A licitante vencedora deverá manter na rede de estabelecimentos credenciados, indicação de adesão ao sistema, objeto deste Termo de Referência;

7.12. A licitante vencedora deverá registrar as ocorrências havidas durante a execução deste contrato, de tudo dando ciência ao Instituto de Previdência de Itajaí, respondendo integralmente por sua omissão;



PREFEITURA DE ITAJAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



7.13. A licitante vencedora comunicará sempre que necessário qualquer deficiência em relação aos serviços prestados, através de um funcionário devidamente credenciado ao Instituto de Previdência de Itajaí;

7.14. A qualquer tempo, Instituto de Previdência de Itajaí poderá solicitar à licitante vencedora a comprovação de que continua mantendo estabelecimentos comerciais credenciados, **podendo solicitar ampliação**;

7.15. A licitante vencedora deverá disponibilizar para atendimento dos beneficiários serviço telefônico gratuito eficiente para fins de informações, como ainda para desbloqueio do cartão ou bloqueio em casos de perda, roubo ou extravio do mesmo, como também senhas;

7.16. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto contratado;

7.17. O cartão magnético com chip de segurança, referente ao Vale Alimentação, deverá ser aceito como meio de pagamento na rede de estabelecimentos credenciados pela licitante vencedora, quando da aquisição de gêneros alimentícios, sem acréscimos de preço em relação ao pagamento à vista;

7.18. Além de apresentar rede mínima de estabelecimentos credenciados, conforme item 6.3. do presente Termo de Referência, a licitante vencedora se compromete a envidar seus melhores esforços no sentido de ampliar e manter uma rede de estabelecimentos credenciados de qualidade, e que atendam às necessidades dos beneficiários com base nos princípios aqui estabelecidos, vedando-se de forma terminante qualquer limitação ou esvaziamento da rede credenciada ao Instituto de Previdência de Itajaí em relação aos demais clientes da licitante vencedora;

7.19. A disponibilização dos créditos nos cartões aos beneficiários deverá ser efetuada impreterivelmente no dia do agendamento do respectivo crédito

7.20. A licitante vencedora se responsabilizará por todo **CARTÃO** que não tenha sido comprovadamente recebido e, efetivamente conferido pelo Instituto de Previdência de Itajaí.

7.21. A licitante vencedora não poderá retirar créditos dos cartões sem anuência do Instituto de Previdência de Itajaí.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ

8.1. Promover, mensalmente, o pedido dos valores a serem disponibilizados nos CARTÕES, através do sistema disponibilizado pela licitante vencedora, com antecedência de, no mínimo, 05 (cinco) dias úteis da data desejada para a disponibilização do benefício alimentação, prestando à licitante vencedora todas as informações necessárias para a efetivação do pedido;

8.2. O pedido dos valores a serem disponibilizados nos CARTÕES, poderá ser alterado, pelo Instituto de Previdência de Itajaí, em até 03 (três) dias úteis antes da data



PREFEITURA DE ITAJAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



determinada para liberação dos respectivos valores a serem creditados nos CARTÕES dos beneficiários, mediante solicitação expressa;

8.3. Indicar, quando da realização de solicitação de CARTÕES, expressamente, o responsável pelo recebimento dos CARTÕES e respectivas senhas;

8.4. Devolver à licitante vencedora, no ato da entrega, comprovante de recebimentos dos CARTÕES, juntamente com as respectivas senhas, devidamente assinado pelo responsável indicado para o recebimento destes;

8.5. Instruir o beneficiário quanto ao seu dever de comunicar, imediatamente, à licitante vencedora, através do Serviço de Atendimento ao Cliente, eventuais casos de dano, extravio, roubo ou furto do cartão;

8.6. O Instituto de Previdência de Itajaí deverá comunicar à licitante vencedora a exclusão e inclusão de beneficiário no sistema disponibilizado.

8.7. O Instituto de Previdência de Itajaí só se responsabilizará por CARTÕES que já tenham sido comprovadamente recebidos e efetivamente conferidos e aceitos pelo fiscal designado;

8.8. Atestar nas Notas Fiscais a execução do objeto contratual;

8.9. Efetuar o pagamento a licitante vencedora nos moldes do Edital, Termo de Referência e Termo de Contrato;

8.10. Acompanhar, controlar e fiscalizar o cumprimento e a execução do objeto contratual, o que não exime a licitante vencedora, de nenhuma forma, de sua plena, exclusiva e total responsabilidade, inclusive perante terceiros e o Instituto de Previdência de Itajaí;

8.11. Notificar por escrito, a licitante vencedora da aplicação de qualquer sanção;

8.12. Aplicar penalidades a licitante vencedora por infrações verificadas na execução do objeto contratual, quando cabíveis;

8.13. Observar para que durante toda a vigência do presente contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como todas as condições de habilitação exigidas na contratação;

8.14. Designar servidor do Instituto de Previdência de Itajaí para fiscalizar e acompanhar os serviços do objeto contratual;

8.15. O fiscal designado será responsável por:

- a) Receber todos os CARTÕES ALIMENTAÇÃO solicitados;
- b) Realizar o pedido de benefício;
- c) Atualizar locais de entrega;
- d) Prestar as informações necessárias e receber todos e quaisquer documentos relacionados ao contrato;



PREFEITURA DE ITAJAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



9. PRINCÍPIOS ORIENTADORES

9.1. O Instituto de Previdência de Itajaí entende que, tão importante quanto estabelecer um número mínimo para a rede credenciada, é assegurar que esta atenda e satisfaça as necessidades de seus servidores, com uma oferta ampla de estabelecimentos comerciais credenciados para aquisição de víveres para sua família;

9.2. No julgamento de eventuais recursos, o Instituto de Previdência de Itajaí aplicará princípios de processo civil inclusive à demonstração de interesse processual recursal consistente na existência de pretensão resistida e o princípio da vedação à inovação recursal, de modo que os recursos que reclamem especificamente do texto do Edital poderão ser inadmitidos se não tiver havido no prazo da lei a efetiva impugnação ao edital com relação à tese recursal.

10. SANSÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A inexecução total ou parcial do contrato terá procedimentos e consequências, na forma estabelecida na Seção V - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos - Capítulo III, da Lei n.º 8.666/93.

10.2. O instrumento contratual poderá sofrer alterações na forma estabelecida na Seção III - Da Alteração dos Contratos - Capítulo III, da Lei n.º 8.666/93.

10.3. O atraso injustificado na execução do contrato, assim como a sua inexecução total ou parcial, sujeitará a licitante vencedora às sanções administrativas na forma prevista na Seção II - Das Sanções Administrativas - Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/93, ficando desde já estabelecidas as multas previstas no edital.

10.4. O Instituto de Previdência de Itajaí poderá aplicar à licitante vencedora, ainda, as seguintes penalidades previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, em caso de inexecução total ou parcial do objeto ou contrato:

10.4.1. Advertência;

10.4.2. Multa de 0,5 % (cinco décimos por cento) do valor da proposta, para cada dia ou fração de atraso da prestação dos serviços;

10.4.3. Multa de 10% (dez por cento) do valor remanescente em caso de desistência da prestação dos serviços;

10.5. Sem prejuízo das sanções previstas no Art. 87, da Lei n.º 8.666/93, a licitante vencedora ficará sujeita às seguintes penalidades:

10.5.1. 10% (dez por cento) do valor do contrato atualizado pela prestação de serviços desconforme com o especificado e aceito;

10.5.2. 1,0 % (um por cento) do valor do contrato atualizado pela não substituição dos serviços recusados por este, no prazo estipulado, até o limite de 10% (dez por cento);

10.5.3. 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor total da proposta limitado a 10% (dez por cento) do valor contratual atualizado, pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste contrato.



PREFEITURA DE ITAJAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



10.5.4. Sem prejuízo das sanções disposta nos itens anteriores desta mesma cláusula, a recusa, injustificada ou cuja justificativa não seja aceita pela licitante vencedora, em retirar a Nota de Empenho de Despesa será interpretada como ruptura de contrato e sujeitará a licitante vencedora ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

10.5.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos. As multas referidas nesta cláusula serão deduzidas por ocasião do pagamento da nota fiscal respectiva.

10.6. As pessoas físicas e jurídicas, bem como seus diretores, sócios gerentes e controladores declarados impedidos de licitar e contratar com a administração pública

municipal, serão incluídas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar, nos termos da Lei Municipal 5.670 de 20 de dezembro de 2010.

10.7. As partes declaram conhecer as normas de prevenção a corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas a lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e seus regulamentos (Decreto Municipal nº 11.063/2017), se comprometem por si e seus sócios, administradores, gestores, prepostos, empregados e colaboradores, inclusive exigir de terceiros contratados, no exercício e durante a vigência do contrato firmado com o Instituto de Previdência de Itajaí, para a adoção de práticas probas e de anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de fraude, práticas ilícitas, corrupção, enriquecimento ilícito, lavagem de dinheiro, bem como práticas antiéticas listadas em lei, como a de não dar, oferecer, prometer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer pessoas, empresas e/ou entidades privadas com o objetivo de obtenção de vantagem indevida, fraudulenta e irregular, manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente.

10.8. O instrumento contratual poderá ser alterado:

10.8.1 Unilateralmente pelo Instituto de Previdência de Itajaí:

a) - Quando houver modificação dos serviços ou suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) - Quando necessária a modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

8.2 Por acordo das partes:

a) - Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;

b) - Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da licitante vencedora e a retribuição do Instituto de Previdência de Itajaí para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.



PREFEITURA DE ITAJAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



Parágrafo Primeiro – A licitante vencedora fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na prestação dos serviços, em conformidade com o Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 tendo como base o valor inicial do contrato.

Parágrafo Segundo – Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do instrumento contratual, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

Parágrafo Terceiro – Em havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da licitante vencedora, o Instituto de Previdência de Itajaí deverá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

Parágrafo Quarto – O instrumento contratual poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei 8.666/93, e alterações posteriores.

11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento dos valores creditados nos CARTÕES, bem como da taxa de administração, deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data da efetivação dos respectivos créditos nos cartões dos servidores do Instituto de Previdência de Itajaí, mediante disponibilização eletrônica da documentação fiscal competente;

11.2 O pagamento ocorrerá sempre em dias úteis;

11.3 O valor do pagamento levará em consideração o número de servidores e eventuais faltas injustificadas, podendo variar caso ocorram contratações, nomeações de servidores, afastamentos, exonerações, alteração no valor do Vale Alimentação, inclusive reajustes;

11.4. A licitante vencedora disponibilizará os respectivos créditos nos cartões dos beneficiários impreterivelmente no dia do agendamento, e emitirá no mesmo dia, a respectiva nota/fatura fiscal, contendo discriminação dos serviços (repasse dos valores e a taxa de administração);

11.5. Em caso de pagamento após o vencimento ou não pagamento de qualquer valor devido pelo Instituto de Previdência de Itajaí à licitante vencedora em virtude do instrumento contratual, sobre o valor pendente incidirá correção monetária pelo índice IPCA ou, em caso de extinção, pelo outro índice que venha a substituí-lo;

11.6. Não haverá sob hipótese alguma pagamento adiantado.



ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2019

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ Nº.: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ CEP _____ ESTADO: _____

FONE DA EMPRESA: _____

FONE DO REPRESENTANTE: _____

E-MAIL DE CONTATO: _____

CPF DO REPRESENTANTE: _____ RG DO REPRESENTANTE: _____

BANCO: _____ AGÊNCIA: _____ CONTA CORRENTE: _____

O objeto da presente licitação consiste, aos que manifestarem interesse no processo licitatório em epígrafe, pela menor taxa de administração, para posterior **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO EM CARTÕES MAGNÉTICOS COM CHIP DE SEGURANÇA**, assim como as respectivas cargas de créditos mensais, aos Servidores do Instituto de Previdência de Itajaí, em conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal nº 171/2010 e suas alterações e demais normas legais disponíveis, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no presente Edital e seus anexos.

Descrição	Taxa ofertada	Taxa ofertada por extenso
Valor da taxa de administração por servidor	R\$	

OBS: Taxa máxima aceita – R\$ 0,20 (vinte centavos). Não serão aceitas ofertas de taxas negativas ou com valor zerado.

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias consecutivos.
- Declaramos que estamos de acordo com todas as exigências do Edital.

Nome completo e assinatura do responsável (representante legal) e carimbo da empresa

LOCAL/DATA



ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2019

MODELO – CREDENCIAMENTO

(A SER APRESENTADO FORA DOS DEMAIS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO)

Por este instrumento solicitamos o credenciamento da empresa para participar da licitação acima referenciada, neste evento representada por (nome/identidade/CPF)..... e procuração anexa, na qualidade de **REPRESENTANTE LEGAL**, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da outorgante, visando formular propostas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interposição de recurso, renunciar ao direito de interpor recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local/Data

Carimbo e Assinatura

OBS.: Documentos a serem apresentados:

- a) em caso de firma individual, o registro comercial;
- b) nos demais casos, o ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor);
- c) em se tratando de pessoa física, a apresentação da cédula de identidade.



ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2019

DECLARAÇÃO QUE ATENDE O INCISO V DO ART. 27, DA LEI 8.666/93.

_____, (nome da empresa), com sede na
_____(endereço da empresa), CNPJ
_____, por seu representante legal infra-assinado, em atenção
ao inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro
de 1999, declara, sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida no art.
7º, inciso XXXIII, da Constituição da República, ou seja, de que não possui em seu quadro
de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso
ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho (exceto aprendiz, a partir de
14 (quatorze) anos.

Em de de 2019

.....

Nome e assinatura do responsável (representante legal)

e carimbo da empresa



ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2019

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL

(A SER APRESENTADO FORA DOS DEMAIS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO)

_____(nome da empresa), com sede na
_____(endereço da empresa), inscrita no CNPJ sob o nº
_____, licitante no certame acima destacado, promovido pelo
essa Instituto de Previdência de Itajaí, declara, por meio de seu representante legal infra-
assinado, R.G. nº _____, que se encontra em situação regular perante
as Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, a Seguridade Social, bem como atende a
todas as demais exigências de habilitação constantes do Edital próprio.

_____, _____ de _____ de 2019

Assinatura do Representante



ANEXO VI

Pregão Presencial Nº. 001/2019

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

(papel timbrado da empresa)

Para fins de participação no **PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2019**, a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, neste ato representado pelo Sr.(a) _____, portador da cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, que **NÃO** está cumprindo penalidades de Inidoneidade, Suspensão ou Impedimento, não pesando contra si Declaração de Inidoneidade expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do Artigo 87, inciso IV e Artigo 88, inciso III da Lei 8666/93 em atendimento ao Artigo 97 da referida Lei para Licitar ou Contratar com a Administração Pública.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

_____, em ____ de ____ de 2019.

(Assinatura; nome completo do representante legal da licitante e carimbo com CNPJ.)



ANEXO VII - Minuta de Contrato

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2019

CONTRATO Nº XXX/2019

Processo Administrativo nº 292/19/ADM

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA
NO FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO EM
CARTÕES MAGNÉTICOS COM CHIP DE
SEGURANÇA, FIRMADO ENTRE O INSTITUTO DE
PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ E A EMPRESA**
.....

O **INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAJAÍ**, pessoa jurídica de direito público, sito na Av. Getúlio Vargas, 193, bairro Vila Operária, Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 04.984.818/0001-47, a seguir qualificada neste ato representada por seus Diretores infra-assinados, doravante denominados simplesmente **CONTRATANTE**, e a Empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Rua _____, nº _____, no Município de _____, Estado _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representada por seu (a) diretor (a), _____ (ou representante legal), a seguir denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente **CONTRATO**, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinente, assim como pelas condições no Edital de **Pregão Presencial nº 001/2019**, pelos termos da proposta da **CONTRATADA** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO EM CARTÕES MAGNÉTICOS COM CHIP DE SEGURANÇA**, assim como as respectivas cargas de créditos mensais, aos servidores do Instituto de Previdência de Itajaí, em conformidade com o disposto na Lei complementar Municipal nº 171/2010 e suas alterações e demais normas legais disponíveis.

Parágrafo Único – Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital do **Pregão Presencial n.º 001/2019**, juntamente com seus anexos e a proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – A taxa de administração por crédito de benefício a cada servidor é de R\$ _____. Os quantitativos estimados de servidores e valores constam abaixo:

- Total estimado de servidores beneficiários/mês: 32 (trinta e duas) pessoas, podendo variar;
- Total estimado de Vale Alimentação mensal para os servidores: R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais);
- Total estimado de Vale Alimentação anual para os servidores: R\$ 468.000,00 (Quatrocentos e sessenta e oito mil reais);



PREFEITURA DE ITAJAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



A **CONTRATADA** receberá a taxa de administração por crédito de benefícios a cada servidor, o qual poderá variar para mais ou para menos em função das quantidades mensais de vales adquiridos, tendo em vista condições que não justifique a percepção do benefício, ou qualquer outra causa de suspensão ou interrupção do contrato de trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

1. O pagamento dos valores creditados nos CARTÕES, bem como da taxa de administração, deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data da efetivação dos respectivos créditos nos cartões dos servidores da **CONTRATANTE**, mediante disponibilização eletrônica da documentação fiscal competente;
2. O pagamento ocorrerá sempre em dias úteis;
3. O valor do pagamento levará em consideração o número de servidores e eventuais faltas injustificadas, podendo variar caso ocorram contratações, nomeações de servidores, afastamentos, exonerações, alteração no valor do Vale Alimentação, inclusive reajustes;
4. A **CONTRATADA** disponibilizará os respectivos créditos nos cartões dos beneficiários impreterivelmente no dia do agendamento, e emitirá no mesmo dia, a respectiva nota/fatura fiscal, contendo discriminação dos serviços (repasse dos valores e a taxa de administração);
5. Em caso de pagamento após o vencimento ou não pagamento de qualquer valor devido pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** em virtude do instrumento contratual, sobre o valor pendente incidirá correção monetária pelo índice IPCA ou, em caso de extinção, pelo outro índice que venha a substituí-lo;
6. Não haverá sob hipótese alguma pagamento adiantado.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO

O pagamento decorrente da execução do objeto do presente contrato, conforme Pregão Presencial nº 001/2019 - Processo Administrativo nº 292/19/ADM, será efetuado à conta de recursos próprios do Exercício 2019 do Instituto de Previdência de Itajaí.

DOTAÇÃO - 201-3.3.90.00.00

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Fornecer os cartões a **CONTRATANTE** com a respectiva senha para os beneficiários, na quantidade requisitada e no endereço indicado, com as informações sobre utilização, no prazo de 07 (sete) dias úteis;
2. Substituir o cartão, caso apresente defeito, ou por eventual dano involuntário, extravio, furto ou roubo no prazo de 07 (sete) dias úteis da data de solicitação;
3. Encaminhar envelopes contendo o cartão, o número da matrícula do servidor, nome completo, lotação, cujos dados serão fornecidos pela **CONTRATANTE**;
4. A **CONTRATADA** deverá fornecer cartões, confeccionados com os dados a serem informados pela **CONTRATANTE**, com tecnologia que permita ao beneficiários o acompanhamento e controle dos créditos disponibilizados;



PREFEITURA DE ITAJAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



5. A **CONTRATADA** deverá observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, seguros e quaisquer outros não mencionados, bem como pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em decorrência direta do contrato, isentando a **CONTRATANTE** de qualquer responsabilidade;
6. A **CONTRATADA** deverá assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados pelos seus empregados ou prepostos, a **CONTRATANTE** ou a terceiros;
7. O reembolso aos estabelecimentos comerciais credenciados deverá ser efetuado pontualmente, sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, EXCLUINDO, desde já, toda e qualquer obrigação da **CONTRATANTE** em relação a essa incumbência;
8. A **CONTRATADA** deverá reembolsar a **CONTRATANTE** no prazo de 10 (dez) dias úteis, o valor de qualquer crédito que venha a ser devolvido;
9. A **CONTRATADA** deverá organizar e manter uma rede de estabelecimentos credenciada formada por no mínimo: Hipermercados, Supermercados de pequeno, médio e grande porte, mercearias, açougues, padarias e similares, em todos os municípios da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí – AMFRI, conforme exigido no item 6.3 do Termo de Referência;
10. A **CONTRATADA** deverá fiscalizar a rede de estabelecimentos credenciados, de forma a assegurar a qualidade de seus serviços;
11. A **CONTRATADA** deverá manter na rede de estabelecimentos credenciados, indicação de adesão ao sistema, objeto deste termo contratual;
12. A **CONTRATADA** deverá registrar as ocorrências havidas durante a execução deste contrato, de tudo dando ciência a **CONTRATANTE**, respondendo integralmente por sua omissão;
13. A **CONTRATADA** comunicará sempre que necessário qualquer deficiência em relação aos serviços prestados, através de um funcionário devidamente credenciado a **CONTRATANTE**;
14. A qualquer tempo, a **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA** a comprovação de que continua mantendo estabelecimentos comerciais credenciados, podendo solicitar ampliação;
15. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar para atendimento aos beneficiários, serviço telefônico gratuito eficiente para fins de informações, como ainda para desbloqueio do cartão ou bloqueio em casos de perda, roubo ou extravio do mesmo, como também senhas;
16. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto contratado;
17. O cartão magnético com chip de segurança, referente ao Vale Alimentação, deverá ser aceito como meio de pagamento na rede de estabelecimentos credenciados pela **CONTRATADA**, quando da aquisição de gêneros alimentícios, sem acréscimos de preço em relação ao pagamento à vista;



PREFEITURA DE ITAJAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



18. Além de apresentar rede mínima de estabelecimentos credenciados, conforme item 6.3. presente no Termo de Referência, a **CONTRATADA** se compromete a envidar seus melhores esforços no sentido de ampliar e manter uma rede de estabelecimentos credenciados de qualidade, e que atendam às necessidades dos beneficiários com base nos princípios aqui estabelecidos, vedando-se de forma terminante qualquer limitação ou esvaziamento da rede credenciada a **CONTRATANTE**, em relação aos demais clientes da **CONTRATADA**;

19. A disponibilização dos créditos nos cartões aos beneficiários deverá ser efetuada impreterivelmente no dia do agendamento do respectivo crédito

20. A **CONTRATADA** se responsabilizará por todo CARTÃO que não tenha sido comprovadamente recebido e, efetivamente conferido pela **CONTRATANTE**

21. A **CONTRATADA** não poderá retirar créditos dos cartões sem anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. Promover, mensalmente, o pedido dos valores a serem disponibilizados nos CARTÕES, através do sistema disponibilizado pela **CONTRATADA**, com antecedência de, no mínimo, 05 (cinco) dias úteis da data desejada para a disponibilização do benefício alimentação, prestando à **CONTRATADA** todas as informações necessárias para a efetivação do pedido;

2. O pedido dos valores a serem disponibilizados nos CARTÕES, poderá ser alterado, pela **CONTRATANTE**, em até 03 (três) dias úteis antes da data determinada para liberação dos respectivos valores a serem creditados nos CARTÕES dos beneficiários, mediante solicitação expressa;

3. Indicar, quando da realização de solicitação de CARTÕES, expressamente, o responsável pelo recebimento dos CARTÕES e respectivas senhas;

4. Devolver à **CONTRATADA**, no ato da entrega, comprovante de recebimentos dos CARTÕES, juntamente com as respectivas senhas, devidamente assinado pelo responsável indicado para o recebimento destes;

5. Instruir o beneficiário quanto ao seu dever de comunicar, imediatamente, à **CONTRATADA**, através do Serviço de Atendimento ao Cliente, eventuais casos de dano, extravio, roubo ou furto do cartão;

6. A **CONTRATANTE** deverá comunicar à **CONTRATADA** a exclusão e inclusão de beneficiário no sistema disponibilizado.

7. A **CONTRATANTE** só se responsabilizará por CARTÕES que já tenham sido comprovadamente recebidos e efetivamente conferidos e aceitos pelo fiscal designado;

8. Atestar nas Notas Fiscais a execução do objeto contratual;

9. Efetuar o pagamento a **CONTRATADA** nos moldes do Edital, Termo de Referência e Termo de Contrato;



PREFEITURA DE ITAJAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



10. Acompanhar, controlar e fiscalizar o cumprimento e a execução do objeto contratual, o que não exime a **CONTRATADA**, de nenhuma forma, de sua plena, exclusiva e total responsabilidade, inclusive perante terceiros e a **CONTRATANTE**;

11. Notificar por escrito, a **CONTRATADA** da aplicação de qualquer sanção;

12. Aplicar penalidades a **CONTRATADA** por infrações verificadas na execução do objeto contratual, quando cabíveis;

13. Observar para que durante toda a vigência do presente contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, bem como todas as condições de habilitação exigidas na contratação;

14. Designar servidor da **CONTRATANTE** para fiscalizar e acompanhar os serviços do objeto contratual;

15. O fiscal designado será responsável por:

- a) Receber todos os CARTÕES ALIMENTAÇÃO solicitados;
- b) Realizar o pedido de benefício;
- c) Atualizar locais de entrega;
- d) Prestar as informações necessárias e receber todos e quaisquer documentos relacionados ao contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO E PRORROGAÇÃO

1 - A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de 01 de julho de 2019;

2 - O preço estabelecido no presente Contrato não sofrerá reajuste pelo período de 12 (doze) meses, a contar do início de sua vigência;

3 - Havendo prorrogação contratual, o preço mensal contratado poderá ser reajustado respeitando os intervalos anuais, sempre exigíveis nas datas de aniversário deste contrato, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 57 da Lei nº 8.666/93;

4 - O reajuste será feito com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA em vigor. Na hipótese de suspensão, extinção ou vedação do índice ora ajustado fica, desde já, eleito àquele que vier a substituí-lo oficialmente.

CLÁUSULA OITAVA – INEXECUÇÃO, ALTERAÇÃO CONTRATUAL E SANÇÕES.

1. A inexecução total ou parcial do contrato terá procedimentos e consequências, na forma estabelecida na Seção V - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos - Capítulo III, da Lei n.º 8.666/93.

2. O instrumento contratual poderá sofrer alterações na forma estabelecida na Seção III - Da Alteração dos Contratos - Capítulo III, da Lei n.º 8.666/93.

3. O atraso injustificado na execução do contrato, assim como a sua inexecução total ou parcial, sujeitará a **CONTRATADA** às sanções administrativas na forma prevista na Seção II - Das Sanções Administrativas - Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/93, ficando desde já estabelecidas as multas previstas no edital.



PREFEITURA DE ITAJAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



4. A **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA**, ainda, as seguintes penalidades previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, em caso de inexecução total ou parcial do objeto ou contrato:

4.1. Advertência;

4.2. Multa de 0,5 % (cinco décimos por cento) do valor da proposta, para cada dia ou fração de atraso da prestação dos serviços;

4.3. Multa de 10% (dez por cento) do valor remanescente em caso de desistência da prestação dos serviços;

5. Sem prejuízo das sanções previstas no Art. 87, da Lei n.º 8.666/93, a licitante vencedora ficará sujeita às seguintes penalidades:

5.1. 10% (dez por cento) do valor do contrato atualizado pela prestação de serviços desconforme com o especificado e aceito;

5.2. 1,0 % (um por cento) do valor do contrato atualizado pela não substituição dos serviços recusados por este, no prazo estipulado, até o limite de 10% (dez por cento);

5.3. 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor total da proposta limitado a 10% (dez por cento) do valor contratual atualizado, pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste contrato.

5.4. Sem prejuízo das sanções disposta nos itens anteriores desta mesma cláusula, a recusa, injustificada ou cuja justificativa não seja aceita pela **CONTRATADA**, em retirar a Nota de Empenho de Despesa será interpretada como ruptura de contrato e sujeitará a **CONTRATADA** ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

5.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos. As multas referidas nesta cláusula serão deduzidas por ocasião do pagamento da nota fiscal respectiva.

6. As pessoas físicas e jurídicas, bem como seus diretores, sócios gerentes e controladores declarados impedidos de licitar e contratar com a administração pública municipal, serão incluídas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar, nos termos da Lei Municipal 5.670 de 20 de dezembro de 2010.

7. As partes declaram conhecer as normas de prevenção a corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas a lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e seus regulamentos (Decreto Municipal nº 11.063/2017), se comprometem por si e seus sócios, administradores, gestores, prepostos, empregados e colaboradores, inclusive exigir de terceiros contratados, no exercício e durante a vigência do contrato firmado com a **CONTRATANTE**, para a adoção de práticas probas e de anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de fraude, práticas ilícitas, corrupção, enriquecimento ilícito, lavagem de dinheiro, bem como práticas antiéticas listadas em lei, como a de não dar, oferecer, prometer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer pessoas, empresas e/ou entidades privadas com o objetivo de obtenção de vantagem indevida, fraudulenta e irregular, manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente.



8. O instrumento contratual poderá ser alterado:

8.1 Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:

- a) - Quando houver modificação dos serviços ou suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) - Quando necessária a modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

8.2 Por acordo das partes:

- a) - Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- b) - Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da **CONTRATADA** e a retribuição da **CONTRATANTE** para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

Parágrafo Primeiro – A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na prestação dos serviços, em conformidade com o Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 tendo como base o valor inicial do contrato.

Parágrafo Segundo – Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do instrumento contratual, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

Parágrafo Terceiro – Em havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** deverá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

Parágrafo Quarto – O instrumento contratual poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei 8.666/93, e alterações posteriores.

9. Caso a **CONTRATADA** se recuse a fornecer o objeto desta licitação e a atender ao disposto no Termo de Referência, aplicar-se-á o previsto no art. 4º, inciso XVI, da Lei Federal nº 10.520/2002, devendo as licitantes remanescentes ser convocadas na ordem de classificação de suas propostas na etapa de lances.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

1. A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente a **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da **CONTRATANTE**.

2. Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de



PREFEITURA DE ITAJAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ – IPI

Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47
Av. Getúlio Vargas, 193 Bairro Vila Operária CEP 88303-220 Fone/Fax (47) 3405-6000



responsabilidade única e exclusiva da **CONTRATADA**, respondendo a **CONTRATANTE** apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda;

3. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito;

4. As partes elegem o foro da Comarca de Itajaí, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Itajaí, ____ de _____ de 2019

CONTRATANTE

**JANE DE FÁTIMA GOMES
FURTADO**

Diretora Administrativa

JEAN POLIDORO

Diretor Financeiro

MARIA ELISABETH BITTENCOURT

Diretora Presidente

CONTRATADA

Testemunhas:

Assinatura
Nome:
CPF:

Assinatura
Nome:
CPF: